

Começa a mudar o discurso do governo. Mas só lá fora.

23 MAR 1987

Visivelmente empobrecida pela perda dos seus membros mais destacados, a "equipe" econômica do governo (leia-se o ministro Dilson Funaro) joga as últimas cartadas para recuperar a credibilidade perdida. É diante desse pano de fundo que devem ser analisadas as tímidas medidas anti-recessivas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional e a nova missão do presidente do Banco Central, Francisco Gros, que aproveita a assembleia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Miami, para apresentar aos credores o esboço de um programa econômico "ortodoxo".

No entanto, para não fugir ao seu estilo hesitante, o governo opta por uma estratégia "gradualista" de ajuste econômico, em flagrante descompasso com a recessão que já avança a galope. Parece até que as nossas autoridades maiores seguem à risca o conselho de Maquiavel, segundo o qual o bem deve ser feito aos poucos e o mal de uma vez, mantendo-se alheias à angústia dos empresários, ao desespero dos consumidores e à apreensão dos credores externos. Assim, enquanto o País está sendo forçado a conviver com um ajuste interno a conta-gotas, no plano externo, premido pelas circunstâncias, o governo já começa a falar uma linguagem mais clara:

Premido pelos fatos, o governo começa a mostrar-se interessado em encontrar uma saída para o impasse externo, mas ainda temia em demonstrar uma "tranqüilidade" injustificável. E com esse objetivo — e o de apaziguar o PMDB que começa a sentir as consequências da sua paralisação — convoca o CMN para aprovar algumas medidas cosméticas e criar a falsa impressão de que está agindo contra a recessão. Nesse contexto estão incluídas decisões como o aumento do prazo das operações de crédito ao consumidor de quatro para seis meses e a divisão do Imposto de Renda a pagar, referente ao ano de 1986, em oito prestações.

O pequeno aumento do prazo do crédito ao consumidor é apenas uma medida demagógica, sem qualquer efeito prático, pois, com taxas de juros da ordem de 1.000% ao ano, somente as pessoas sem outra alternativa ainda estão interessadas em comprar bens a prestação. E, de qualquer maneira, não faz mesmo sentido, neste momento de retomada da inflação, qualquer medida de estímulo ao consumo. O interesse primordial é o de estimular a produção e tirar as pequenas e médias empresas do sufoco. Porém, para esse fim, o governo apenas autorizou a criação de uma linha de crédito especial no valor de Cr\$ 15 bilhões, cerca de um terço do que gastou para tapar os buracos dos bancos estaduais que sofreram intervenção do Banco Central, e mais Cr\$ 1 bilhão para o confinamento de bois na entressafra. E "de choro" a autorização aos clubes de investimento para aplicar em ações, durante seis meses, todos os recursos que conseguirem captar.

As pequenas concessões na área do Imposto de Renda, por sua vez, apenas visam a aplacar a justificada ira dos contribuintes, que foram enganados pelo governo durante o festival de mentiras do Plano Cruzado e agora estão sendo chamados a pagar a conta. A principal medida é a correção imediata, em 45%, da tabela para o desconto do IR na fonte, durante o ano de 87, e o reajuste de 100% no desconto por dependente. É muito pouco: a medida não atinge de modo nenhum a "mordida" extra dada em 86 e que os contribuintes terão de pagar agora, depois de entregues as declarações. E sobre esta que a opinião pública está exigindo uma revisão...

Na verdade, essas decisões representam menos que o mínimo esperado de um governo que se declara preocupado com os problemas sociais, pois a economia entrou em um período de queda livre que exige medidas muito mais corajosas, entre elas remédios amargos, como o corte dos subsídios e a efetiva redução das despesas de custeio do setor público e das empresas estatais. O governo sabe disso e, por esse motivo, decidiu falar outra linguagem com os credores externos, como demonstra a proposta que o presidente do Banco Central está apresentando em Miami. Ela começa pela aceitação e pela promessa de uma limitação do crescimento econômico, este ano, a 3 ou 4% (certamente um exagero nas atuais condições) e avança para os ingredientes clássicos de uma recessão "ortodoxa": política monetária apertada, política cambial realista (com desvalorizações determinadas pela inflação interna), combate à inflação mediante uma política salarial que limite os aumentos reais ao crescimento da produtividade e proteção especial exclusivamente para os baixos salários (leia-se fim do gatilho salarial) e controle do déficit público, que se promete manter em 1,5% do PIB.

Isto significa cortar os dispêndios do governo, das empresas estatais, a eliminação gradual de subsídios ao consumo, à produção e ao crédito e o estímulo à poupança privada. A idéia é aumentar os investimentos de 19%, no ano passado, para 23% este ano, graças aos recursos do FND principalmente. Completando o esboço do programa, o governo promete a liberação gradual dos preços hoje controlados, com exceção dos setores oligopóliizados.

Evidentemente, um programa desse tipo tem atrativo para os credores, porém o governo insiste em rejeitar a monitoração do Fundo Monetário Internacional — aínda que o programa seja em tudo semelhante aos que ele recebe —, o que deixará muitos banqueiros insatisfeitos e desconfiados. De imediato, Gros espera conseguir a manutenção das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 15,7 bilhões, além do prazo de 31 de março, quanto termina o acordo com os bancos comerciais. A reação dos credores a essa primeira negociação do Brasil mostrará o que pode acontecer quando chegar a hora de discutir um acordo mais amplo sobre a dívida de longo prazo, mas pelo menos lá fora nosso governo começa a falar uma linguagem mais responsável.

Sem dúvida, já é alguma coisa, na medida em que reafirma as esperanças dos brasileiros de que não sejam empurrados por mãos irresponsáveis e incompetentes para além de um ponto de não-retorno em nossas relações com os credores e com o mundo desenvolvido. Mas não é o suficiente para que nos animemos totalmente, uma vez que a disparidade entre o discurso que começa a mudar lá fora e o que se mantém obstinadamente igual aqui dentro mostra que ele não reflete uma mudança nas convicções dos administradores da nossa economia, mas apenas a sua contraria submissão a uma realidade incontornável.

Sendo assim, a mudança não é suficiente para autorizar esperanças de que se inverta o fluxo dos capitais estrangeiros para fora do País, em busca de economias mais receptivas como as da Coréia do Sul, de Formosa e de Cingapura, por exemplo, ou de que os empresários brasileiros se animem a retomar os seus investimentos. (Nos últimos dois anos, segundo dados do Banco Central, o desinvestimento líquido no País superou os 600 milhões de dólares, cifra que tende a aumentar rapidamente, conforme se confirma pelas notícias publicadas nos últimos dias em todos os jornais do País.) Para que isso acontecesse, como afirmou o presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, seria necessário que este governo decidisse, claramente, "se quer ou não uma economia de mercado e se quer ou não abrir-se para o mundo exterior". Esta é a verdadeira questão que se coloca.

Só nos resta esperar que o PMDB — o partido sobre o qual recairá a culpa por esta gestão econômica absolutamente desastrada — leye adiante a onda conscientizadora que começou a rolar com a eleição de Mário Covas para seu líder na Constituinte e com a primeira derrota infligida ao ditador do partido, sr. Ulysses Guimarães, "ajudando", assim, o presidente Sarney a decidir-se a entregar a economia a pessoas sérias, capazes e realistas. Afinal, o que está em jogo não é somente o desempenho de nossa economia e o desequilíbrio em nossas contas externas, mas o futuro do País e o destino da nossa incipiente democracia.